



**REQUERIMENTO nº \_\_\_\_ / 2015**  
**(do Dep. Alessandro Molon – PT/RJ)**

Requer o desarquivamento das proposições de autoria do Deputado Federal Alessandro Molon (PT/RJ), nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 105, concomitante ao artigo 17, inciso II, alínea 'd', ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das proposições por mim apresentadas, em autoria ou coautoria, cuja relação passo a descrever:

- 1) **PL 370/2011:** estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências;
- 2) **PL 1265/2011:** dá nova redação ao art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”, acrescentando parágrafos para definir quantidade e distribuição dos Conselhos Tutelares;
- 3) **PL 2968/2011:** altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir as entidades dedicadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes entre os agentes legitimados para propor a ação civil pública;
- 4) **PL 3388/2012:** dá o nome de “Ponte Herbert de Souza – Betinho” à atual Ponte Presidente Costa e Silva, localizada do Km 321 ao 334, na BR 101/SE;
- 5) **PL 4232/2012:** altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que “Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991 e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências;
- 6) **PL 5716/2013:** dispõe sobre os objetivos e competências dos órgãos licenciadores responsáveis pela avaliação e aprovação de estudos de impactos ambientais de



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO ALESSANDRO MOLON – PT/RJ

planos, programas e projetos potencialmente causadores de significativa degradação ambiental e dá outras providências;

- 7) **PL 6268/2013:** determina a notificação compulsória, pelos oficiais de registro civil, à Receita Federal, na hipótese que especifica e dá outras providências;
- 8) **PL 7029/2013:** altera a redação do art. 6º e art. 10 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e seus respectivos parágrafos, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências;
- 9) **PL 7213/2014:** altera os arts. 226, 227 e 228 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para fins de regulamentação do reconhecimento de pessoas e coisas;
- 10) **PL 7508/2014:** acrescenta o art. 350-A no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, tipificando o crime de violação de prerrogativas da advocacia e dá outras providências.

### JUSTIFICATIVA

Requer-se, nos termos do artigo 105, concomitante ao artigo 17, inciso II, alínea “d”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das proposições por mim apresentadas, em autoria ou coautoria, para que se dê continuidade à sua regular tramitação pelas Comissões.

Brasília,                      de                      de 2015.

**ALESSANDRO MOLON**  
Deputado Federal – PT/RJ